



pensarRe Portugal

Jorge Vasconcelos

Nos próximos dois dias somos convidados a repensar Portugal, de fora para dentro. Que é como quem diz, em inglês de consultadoria estratégica moderna, *“thinking outside the box”*. Veremos, no final, se o pensamento aqui concentrado consegue penetrar a *“black box”* objecto da nossa curiosidade e desvendar alguns dos seus segredos.

O olhar do outro sobre nós parece ser um bom ângulo para analisar fluxos e relações no plano das ideias. Não é consensual, porém, ser essa a melhor perspectiva para guiar as relações políticas ou controlar os fluxos de poder – recorde-se, a propósito, o que dizia um venerando político do século passado sobre um seu colega, com aquele pragmatismo anglo-saxónico que rapidamente descai no vitalismo vulgar: *“Better to have him inside the tent pissing out, than outside pissing in.”*

Lá fora, as tendas estão montadas e os guerreiros posicionam-se taticamente para o combate eleitoral que se aproxima, genuinamente preocupados em não se molharem. Aqui, dentro de Casa, esperamos a chuva abundante da tempestade cerebral anunciada.

Temos connosco experientes observadores vindos de Washington, de Londres, de Paris, de Bonn, de Madrid e de muitos outros focos de civilização e de poder, para nos ajudar a repensar seriamente Portugal de fora para dentro. Permitam-me, hoje, tomar como referência, e com irreverência, um lugar mais distante e mais exótico para dar início ao exercício de auto-análise: as Maldivas.

*

Entre a exuberância barroca de Mateus e a exuberância coralina das Maldivas interpõe-se um intervalo de 9000 km e de vários séculos. No entanto, aquilo que verdadeiramente marca a diferença entre Mateus e Maldivas no espaço-tempo, não são estes grandes números. A diferença é dada por um pequeno número: 490.

490 metros é a diferença de altitude entre Mateus e as Maldivas – onde 80% das cerca de 1200 ilhas tem uma cota inferior a 1 m acima do nível do mar.

Um século é o tempo máximo de sobrevivência das Maldivas ao ritmo actual de subida do nível do mar (0,9 cm por ano), provocado pelas alterações climáticas.

As Maldivas são um país em risco de extinção. Como, talvez, também Portugal. Ao ritmo actual de descida do nível político e económico em Portugal, um século poderá mesmo ser um horizonte excessivo de sobrevivência.

Preocupada com a situação das Maldivas, a comunidade internacional começou a tomar medidas. Infelizmente, não as medidas desejáveis para evitar o aumento da concentração dos gases de efeito de estufa na atmosfera, responsáveis pelas alterações climáticas que apagarão do mapa as Maldivas e muitas outras regiões costeiras do planeta, mas medidas ditas de mitigação. Assim, por exemplo, o Japão financiou a construção de um muro alto 3 m em torno da capital Malé que demorou 14 anos a construir e custou 63 milhões de dólares. Esse muro não evitará, no longo prazo, a submersão da capital, mas, no cruzo prazo, atenua o efeito devastante das marés vivas.

Tudo indica que a comunidade internacional também esteja disposta a financiar a construção de um muro em torno de Portugal, isolando esta periferia infecta e corrupta do centro saudável e incorruptível da Europa. Este muro, que terá um custo de investimento superior a 2000 vezes o custo do muro de Malé, deverá evitar, no curto prazo, a subversão do Terreiro do Paço e da zona euro pelas marés especulativas; mas não é certo que evite a submersão do património imaterial do país. Como comentava recentemente, com liberal compaixão, o *Economist*, o pedido de ajuda financeira “*pode ter sido inevitável, mas foi um momento triste para Portugal: o mais antigo Estado nação da Europa humilhado*”.

*

Em 1558, primeiro ano do reinado de D. Sebastião, os portugueses invadiram as Maldivas, tendo o sultão Ali VI caído em combate. O dia em que Ali VI foi morto é celebrado no arquipélago todos os anos como o dia do mártir.

Os portugueses estabeleceram nas Maldivas uma feitoria, administrada a partir de Goa, e passaram a ter o controlo do país. A gestão não foi bem sucedida e a feitoria encerrou 15 anos mais tarde, tendo os portugueses sido expulsos na sequência de uma revolta popular. O dia em que o domínio colonial português terminou, em 1573, continua a ser celebrado anualmente, com paradas e marchas, sendo mesmo o feriado nacional das Maldivas.

*

Valeria a pena analisar as razões do insucesso da gestão portuguesa nas Maldivas, mas isso levaria-nos, literalmente, muito longe. Deixemos de lado o “*case study*” e registemos apenas que em Portugal, questionar e criticar os monopólios nunca foi um exercício muito

apreciado. Até mesmo o antecessor de D. Sebastião, que transferiu a universidade de Lisboa para Coimbra e ali criou o Colégio das Artes, importante foco de difusão da cultura humanista, não tolerava que se pusesse em discussão o seu monopólio. Quando Erasmo publicou um livro em que, de passagem, criticava o monopólio da coroa portuguesa no comércio das especiarias, D. João III, enfurecido, interrompeu a relação epistolar que mantinha com ele. A reacção do rei não evitou, infelizmente, que mais tarde a coroa viesse a perder o tal monopólio e o país a independência.

O paradigma monopolista dominou a expansão colonial e dominou o desenvolvimento industrial. A cultura – e não raras vezes o culto – monopolista continua a dominar o *establishment* português, em simbiose com a retórica nacionalista dos centros de decisão. Como demonstrou amplamente o passado, o interesse dos monopolistas nem sempre coincide com o interesse nacional. Será que o interesse nacional coincide muitas vezes com o interesse dos monopólios, de jure ou de facto?

*

Objectivamente, em termos económicos, a primeira década do século XXI foi uma década em perda – perda de crescimento e perda de convergência com a União Europeia. Há quem vá mais longe e afirme ter sido uma década perdida. Os mais pessimistas vão ainda mais longe e consideram a perda irreversível.

Em 2001, a demissão inesperada do primeiro-ministro provocou eleições antecipadas para as quais os partidos não estavam preparados. Em 2005 a demissão do governo pelo Presidente da República não constituiu propriamente uma surpresa. Teria sido possível, pelo menos nessa altura, inverter a tendência negativa do início do século e resgatar a primeira década do novo milénio? Esta questão não é nem retórica nem estritamente retrospectiva, como mostra uma breve revisitação da campanha eleitoral para as legislativas de 2005.

*

Sob a pressão mediática que nos governa, os partidos políticos que pretendem governar-nos têm sempre de encontrar um *slogan* eleitoral atraente. Em 2005 forjaram uma figura que preencheu a campanha eleitoral: o choque. Cada um declinou as virtudes terapêuticas do seu choque (tecnológico ou fiscal) e cada um se declarou chocado com a inércia e a inépcia patológicas do adversário. Verdadeiramente chocante revelou-se, porém, o resultado do vão esforço a que se dedicaram os partidos na encenação grotesca de um diálogo político com tão reduzido vocabulário e tão primitiva gramática.

Seja por involuntária incapacidade, seja por voluntário obscurantismo, a verdade é que a rarefacção do discurso político atingiu então valores próximos do zero absoluto. Inclino-me para a segunda hipótese, recordando que Condorcet dizia ser o obscurantismo “*a tirania que a astúcia exerce sobre a ignorância*”.

No meio dessa desolada campanha, valeu-nos, ao menos, a companhia de D. Sebastião. Com inteligência, Manuel de Oliveira iluminou astúcias e projectou no plano político o drama de el-rei, num exercício virtuoso de claro-escuro, então exibido nalguns cinemas – a interpelação de Oliveira não podia ter sido mais oportuna, mas infelizmente ficou sem resposta no meio de tantos choques.

*

O suicídio colectivo protagonizado por D. Sebastião foi fruto do acaso ou da necessidade ? A fuga para a frente foi um evitável e sofrido desvio histórico provocado pelo desvio de uma personalidade, ou foi, pelo contrário, a concretização de um inevitável devir histórico servido por essa mesma personalidade ?

D. Sebastião foi o carrasco de uma expansão económica e militar possível, em nome de ideias políticas impossíveis, ou foi o fundador de uma ideia possível de país, quando a sua situação económica e militar se tornava insustentável ? Em nome do mito reduziu Portugal à insignificância e ao aniquilamento político no curto prazo ou inventou um significado mítico que garante a sustentabilidade política do significante ?

A nenhum outro rei se aplica, com tanta pertinência como a D. Sebastião, a seguinte dúvida radical: Portugal existe apesar dele ou por causa dele ?

Muitos países mergulham as suas raízes em mitos. Nalguns casos e nalguns momentos, esses mitos foram instrumentalizados politicamente, na defesa da auto-determinação dos respectivos povos. A interacção entre o mito e a História é, no entanto, com o recuo temporal, perfeitamente inteligível, não havendo dúvidas sobre a apropriação parasitária do mito pela narrativa política. Com D. Sebastião o caso foi diferente: estabeleceu-se uma simbiose entre o mito e a História, difícil de discernir e o tempo encarregou-se de adensar o mistério. O mito pode ter orientado a acção do rei, mas a acção política do rei alimentou retroactiva e conscientemente o mito. Em Alcácer-Quibir, História e mito interagiram como matéria e energia num buraco negro de dimensão cósmica, cancelando irreversivelmente informação do passado e irradiando uma nova realidade.

Muitos portugueses parecem acreditar que, apesar de todas as dificuldades conjunturais, incluindo a actual incapacidade de definir um rumo e articular um discurso político coerente, interna e externamente, Portugal não perecerá nunca – exactamente por ter

uma essência mítica que o resguarda do efeito corrosivo do tempo e da História. Um império com uma missão por cumprir tem a existência assegurada – pelo menos, enquanto não realizar a sua gloriosa missão. Mais do que a comprovada e de bom augúrio longevidade do primeiro rei, é a presumida vida breve de D. Sebastião que alimenta esta secreta e irracional esperança.

Ontem como hoje, a corte não se opõe à vontade obscura do líder político e o povo segue, submisso, mesmo quando se tornou ele próprio soberano e já foi dobrado o segundo milénio.

*

Os antecessores de D. Sebastião, que ele tanto venerava, em particular D. João II, foram os pioneiros construtores da moderna mundialização. Dessa época e desse feito podemos estar justamente orgulhosos. A universalização do Quinto Império, sonhada por D. Sebastião, mais que uma quimera de discutíveis contornos políticos e teológicos, foi um autêntico fracasso histórico: nenhuma lusitana quintessência foi universalizada e Portugal, com os seus mitos e as suas derrotas político-militares, tem penado durante séculos como um particular anacronismo, à margem das correntes políticas e culturais que tiveram nas revoluções inglesa e francesa os seus focos principais.

Investigar as dimensões psicológicas e políticas do sebastianismo, mergulhando no inconsciente colectivo, é uma condição indispensável para superar definitivamente o mito e permitir a Portugal agir de forma politicamente consciente neste período histórico particularmente difícil. Com efeito, seria cómodo mas pouco eficaz recalcar o sebastianismo e transferir para outro sujeito ou para outro plano o desejo inconsciente de domínio do universal. Esta auto-reflexão pode ser positivamente reforçada através de uma reflexão paralela sobre o binómio mundialização/universalização tal como se apresenta hoje.

*

Após a queda do muro de Berlim, a difusão de voos de baixo preço e o advento de novas tecnologias de comunicação, a mundialização assumiu um acrescido significado económico, social e político. Ora a matriz desta mundialização é inequivocamente europeia, cristã e romana, como evidencia, entre outros, Derrida: *“é possível demonstrar a filiação abraâmica e cristã do conceito de ‘mundo’ e de todos os conceitos ético-político-jurídicos que tendem a regular o processo de mundialização, o devir-mundo do mundo, nomeadamente via direito internacional, e mesmo direito penal internacional, através das dificuldades das instituições internacionais cosmopolíticas e mesmo das felizes crises da*

soberania estado-nacional”. O desafio que se nos coloca é, na expressão de Derrida, “*fazer duas coisas ao mesmo tempo, sem renunciar a nenhuma delas*”: por um lado, analisar rigorosamente e sem complacência a filiação europeia do processo de mundialização; por outro lado, não abdicar da “*exigência universal, universalizante, propriamente revolucionária, que tende irresistivelmente a desenraizar, a desterritorializar, a deshistoricizar esta filiação, a contestar os seus limites e os seus efeitos hegemónicos*”.

As caravelas, as naus e os galeões abriram pragmaticamente o caminho marítimo da mundialização europeia. Em Alcácer-Quibir, D. Sebastião pretendia, programaticamente, enraizar, territorializar e historicizar esse processo, assegurando a hegemonia do Quinto Império. Não falhou por insuficiência militar – falhou por não ter compreendido a natureza revolucionária do processo de mundialização, com a sua exigência intrínseca de liberdade no comércio das mercadorias e dos costumes, com a sua necessidade de adaptação rápida e flexível às inovações tecnológicas e sociais, enfim, com a sua irresistível força disruptiva. Não foi a bravura guerreira dos árabes de Alcácer-Quibir em confinar e capturar D. Sebastião que determinou o fracasso d’el-rei – foi antes a bravura dos navegadores espalhados pelos oceanos, a sua insubmissa sede de liberdade e novidade, recusando ser confinados nas malhas rígidas de um discurso ideológico.

*

Portugal precisa de abandonar definitivamente a ideia de um império sem sentido, reconhecendo que a mundialização se operou na água, em terra e no ar com a violência do quarto elemento, o fogo, e não com a subtil quintessência do Quinto Império. Importa compreender a trajectória do passado e retirar daí ensinamentos para um futuro com sentido, no contexto de uma mundialização que procede através de fluxos reais e virtuais nas múltiplas redes que sustentam a produção, as trocas, o consumo e a administração. Mas importa também não ignorar a inquietação sebastiânica, precioso património cultural e político. A percepção da tensão problemática entre um avassalador impulso material à mundialização e uma débil capacidade de universalização, teórica e operacional, assume hoje particular relevo político e ético. Seria desejável que não apenas o cinema, mas também a política, nos confrontasse com este choque revitalizante.

*

As Maldivas são, não só um concorrido destino turístico e um dos primeiros países islâmicos a operar a transição para um regime democrático multi partidário, mas também um país em vias de extinção. Esta realidade aproxima as Maldivas de Portugal: um destino turístico, o primeiro país ibérico a recuperar a democracia nos anos 1970 - e um país perenemente em vias de extinção. Ironia à parte, é evidente que tanto a Geografia como a

História distinguem as Maldivas de Portugal que de comum pouco mais têm que um breve período de ineficaz colonização.

A forma como o governo das Maldivas enfrenta a ameaça das alterações climáticas é exemplar. Ameaçadas fisicamente de extinção por um fenómeno externo e global, as Maldivas inscrevem-se hoje na linha da frente pelo desenvolvimento sustentável e pela redução das emissões de gases de efeito de estufa. São um país pequeno e pobre que soube contudo ganhar o respeito e a simpatia da comunidade internacional. As diferenças entre países não se medem apenas em altitude, exprimem-se também, e principalmente, em atitude.

Nas Maldivas, o vice-presidente Mohamed Waheed doutorou-se em Stanford com uma tese sobre Habermas e declarava recentemente, numa entrevista ao co-editor de um quotidiano de Frankfurt: *“eu comecei a compreender a política a partir da perspectiva da interpretação e da legitimação”*. Em Portugal... em Portugal não há vice-presidente - e a política auto-compreende-se como deslegitimação do outro.

Ao lado das consequências de uma possível futura crise climática, as consequências da actual crise financeira são tão insignificantes como um banco de areia das Maldivas ao lado do granito esculpido do Nasoni. Enfrentar desafios desta dimensão requer duas coisas: primeiro, a coragem de abandonar a *“conventional wisdom”* e inovar - nas escolas, nas empresas, nas instituições nacionais e supra-nacionais; segundo, a capacidade de re interpretar a própria história, não com o olhar sebastianista da saudade do passado, mas com a perspectiva do futuro.

*

Na sua História de Portugal de Cor Almada escrevia:

“Um dia, Dom Sebastião, o nosso Rei mais novo, o nosso mais belo Rei, reuniu toda a juventude Portuguesa para levar a cabo a grande Vitória.

Mas Deus guardou essa Vitória, à espera... à espera de amanhã... sempre à espera de amanhã...

...Esperando-nos, a nós, aos Portugueses de Hoje.”

Até amanhã.

Mateus, 29 de Abril de 2011